**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA V2I ENERGIA S.A.**

*celebrado entre*

**V2I ENERGIA S.A.**

*como Emissora*

*e*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas,*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

8 de dezembro de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA V2I ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

1. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme abaixo definido):
2. **V2I ENERGIA S.A.**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 110, sala 945, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.395.916/0001-00, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 333.0033239-1, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora”); e
3. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures (“Debenturistas”):
4. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da V2i Energia S.A.*” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

# AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

## A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 7 de dezembro de 2021 (“Aprovação Societária da Emissora”), na qual foram deliberadas e aprovadas:

1. a Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definido), bem como de seus termos e condições; e
2. a autorização à diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização das deliberações consubstanciadas na Aprovação da Emissão, incluindo, mas não se limitando à celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como contratar os prestadores de serviços da Oferta Restrita e celebrar eventuais aditamentos que se façam necessários, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

# REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Emissora (“Oferta Restrita”), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

## Dispensa de Registro pela CVM

### A Oferta Restrita será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7°-A e 8°, respectivamente, da Instrução CVM 476.

## Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

### Por se tratar de oferta para distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos dos artigos 12 e 16 do *“Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*” (“Código ANBIMA”), vigente a partir de 6 de maio de 2021, em até 15 (quinze) dias contados do envio, pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido), da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

## Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias

### A ata da Aprovação Societária da Emissora será protocolada para registro na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “O Diário do Acionista” (“Jornais de Publicação”), até a primeira Data de Integralização, conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópias eletrônicas em formato *.pdf* da ata da Aprovação Societária da Emissora, contemplando o arquivamento eletrônico na junta comercial competente, bem como suas respectivas publicações nos respectivos Jornais de Publicação, conforme previsto nesta Cláusula 2.3, até a primeira Data de Integralização.

## Arquivamento da presente Escritura e eventuais aditamentos na JUCERJA

### A Emissora deverá realizar o protocolo da Escritura e de seus eventuais aditamentos perante a JUCERJA em até 5 (cinco) dias contados de sua celebração, conforme disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário cópia eletrônica em formato *.pdf* da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, contemplando o arquivamento eletrônico na JUCERJA, observados os seguintes prazos: (i) para a Escritura, até a primeira Data de Integralização; e (ii) para seus eventuais aditamentos, em até 5 (cinco)dias contados do respectivo arquivamento na JUCERJA.

## Depósito para Distribuição e Negociação

### As Debêntures serão devidamente depositadas para:

1. distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
2. observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

### Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme o caso, indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, devendo ainda serem observadas, pela Emissora, as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, bem como as normas e condutas previstas no artigo 12 da Instrução CVM 476. A negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

# CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

## Número da Emissão

### A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

## Valor Total da Emissão

### O valor total da Emissão será de até R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões reais) na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”) observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão.

## Quantidade de Debêntures

### Serão emitidas até 300.000 (trezentas mil) Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão.

## Número de Séries

### A Emissão será realizada em série única.

## Destinação dos Recursos

### Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures (“Recursos da Emissão”) serão utilizados para o financiamento da compra, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas ou subsidiárias, de ativos operacionais, ou ativos com risco de construção mitigado, de geração e transmissão de energia elétrica (cada qual, uma “Aquisição”).

### A Emissora deverá comprovar a destinação dos recursos das Debêntures para os usos descritos na Cláusula 3.5.1 acima, para cada Aquisição realizada com Recursos da Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva Data de Integralização, ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante o envio ao Agente Fiduciário de declaração em papel timbrado e assinada por representante legal da Emissora, acompanhada dos comprovantes dos gastos realizados, atestando que os recursos foram utilizados para fins da respectiva Aquisição, sem prejuízo do envio dos demais documentos que comprovem a destinação dos recursos, incluindo a cópia da alteração ao contrato social ou dos livros de registro e transferência de ações, conforme o caso, atestando a consumação da Aquisição pela Emissora, comprovante do pagamento do preço de aquisição, dentre outros atos societários que demonstrem o fechamento e consumação de cada Aquisição, conforme o caso, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários.

## Colocação e Procedimento de Distribuição

### As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da V2i Energia S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”), tendo como público alvo Investidores Profissionais (conforme abaixo definido).

### A colocação das Debêntures será realizada pelo Coordenador Líder sob regime de melhores esforços.

### *Distribuição Parcial*. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e do artigo 5º-A da Instrução CVM 476.

#### Tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400 e do artigo 5°-A da Instrução CVM 476, o interessado em adquirir as Debêntures poderá, no ato da aceitação à Oferta Restrita, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

* + - * 1. da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento da subscrição das Debêntures, os valores deverão ser devolvidos aos investidores pela Emissora, com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na B3, tal procedimento será realizado, de acordo com os procedimentos da B3; sendo que as respectivas Debêntures serão canceladas; ou
        2. de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor, podendo o interessado, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal interessado ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do interessado em receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal interessado, sendo que, se o interessado tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento da subscrição das Debêntures, os valores deverão ser devolvidos aos investidores pela Emissora, com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na B3, tal procedimento será realizado, de acordo com os procedimentos da B3, sendo que as respectivas Debêntures serão canceladas.

### O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição, sendo certo que o público-alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente por Investidores Profissionais. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

#### Nos termos da Resolução CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 30”) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

1. “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo A da Resolução CVM 30; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
2. “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo B da Resolução CVM 30; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

#### Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

#### O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário é restrita.

#### No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional ou os coordenadores contratados ou participantes que representam cada Investidor Profissional, assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7° da Instrução CVM 476, dentre outros: (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais; (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme aplicável; (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.2 acima; (v) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (vi) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

### A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

### A Emissora e o Coordenador Líder comprometem-se a não realizar a busca de investidores para esta Emissão por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

### A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, até 1 (um) Dia Útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

## Agente de Liquidação e Escriturador

### A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação e dos serviços de escrituração das Debêntures será a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures)

## Objeto Social da Emissora

### De acordo com o estatuto social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades de propósito específico no território nacional (“*holding*”), que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, conforme alterada, notadamente nas sociedades LEST – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A (CNPJ/ME nº 24.100.418/0001-65), Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83) e Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (CNPJ/ME nº 10.938.103/0001-50).

# CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

## Características Básicas

### **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 8 de dezembro de 2021 (“Data de Emissão”).

### **Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

### **Espécie:** Nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures são da espécie quirografária e não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória.

### **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

### **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

### **Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 835 dias contados da Data de Emissão vencendo, portanto, em 22 de março de 2024 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade, e consequente cancelamento, das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.6 abaixo; (ii) resgate antecipado das Debêntures; e (iii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura, conforme o caso.

## Remuneração das Debêntures

### **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

### **Juros Remuneratórios das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) equivalente a 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização, a Data de Incorporação (conforme definido abaixo) ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de (i) aquisição facultativa da totalidade, e consequente cancelamento, das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo; (ii) resgate antecipado das Debêntures; (iii) Amortização Extraordinária Obrigatória e (iv) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura, conforme o caso.

### Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, sempre no dia 8 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a primeira Data de Integralização e o dia 8 de dezembro de 2022 (inclusive) serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário em 8 de dezembro de 2022 (“Data de Incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 8 de março de 2023 (inclusive) (“Data do Primeiro Pagamento de Juros Remuneratórios”); e (iii) os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente, nas datas previstas no cronograma abaixo, e o último na Data de Vencimento (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

| **Parcela** | **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios** |
| --- | --- |
| 1 | 8 de março de 2023 |
| 2 | 8 de junho de 2023 |
| 3 | 8 de setembro de 2023 |
| 4 | 8 de dezembro de 2023 |
| 5 | 8 de março de 2024 |
| 6 | Data de Vencimento |

### Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNe x (Fator Juros – 1)**

Onde:

**J =** valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

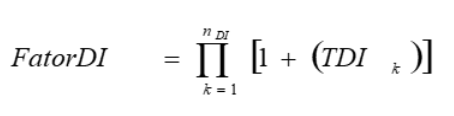
**VNe** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**Fator Juros** = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

**Fator Juros = (FatorDI x Fator*Spread)***

onde:

**Fator DI** = Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

ndi = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo, sendo “ndi” um número inteiro;

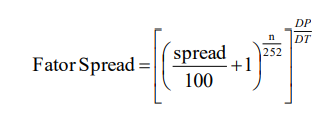
TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk = Taxa DI, divulgada pela B3, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

*spread* = 3,5500 (três inteiros e cinco mil e quinhentos décimos de milésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a data do próximo Período de Capitalização e a data do Período de Capitalização anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo Período de Capitalização, sendo “DT” um número inteiro;

DP = número de Dias Úteis entre o último Período de Capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

* + - 1. Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
      2. Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
      3. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator*Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
      4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

### Observado o disposto na Cláusula 4.2.5 abaixo, se, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível até o momento para cálculo dos Juros Remuneratórios, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e o titular das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

### Caso a Taxa DI deixe de ser divulgada por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou caso seja extinta, ou haja impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, conforme definidos na Cláusula 7 abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou segunda convocação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva assembleia geral de debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido em comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último. As Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que haja ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

### O Período de Capitalização dos Juros Remuneratórios (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização, inclusive, e termina na Data de Incorporação, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

## Amortização do Valor Nominal Unitário

### Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de (i) aquisição facultativa da totalidade, e consequente cancelamento, das Debêntures desde que permitido na legislação vigente, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo; (ii) resgate antecipado das Debêntures; (iii) Amortização Extraordinária Obrigatória; e (iv) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

## Local de Pagamento

### Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

## Prorrogação dos Prazos

### Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Dia Útil” qualquer dia exceto feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

## Encargos Moratórios

### Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6 desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos aos Juros Remuneratórios e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

## Decadência dos Direitos aos Acréscimos

### O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

## Preço de Subscrição, Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

### As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”), à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. A integralização das Debêntures deverá ser feita e poderá ocorrer em uma ou mais datas, sendo considerada uma “Data de Integralização”, para fins da presente Escritura, qualquer data em que haja a subscrição e integralização de certa quantidade de Debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3. Caso, por qualquer motivo, qualquer subscrição e integralização das Debêntures não seja realizada na primeira Data de Integralização, tal(is) integralização(ões) subsequente(s) deverá(ão) ser realizada(s) pelo Preço de Subscrição, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da(s) efetiva(s) integralização(ões) de tais Debêntures. As Partes concordam que a subscrição e integralização das Debêntures deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data informada no comunicado de início da Oferta Restrita. O Preço de Subscrição poderá ser acrescido de ágio ou deságio na Data de Integralização, desde que ofertados em igualdade de condições para todas as Debêntures em cada Data de Integralização.

## Repactuação

### As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada.

## Publicidade

### Todos os anúncios, atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet: www.v2ienergia.com.br, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere os Jornais de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

## Certificados de Debêntures e Comprovação de Titularidade

### A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

## Liquidez, Estabilização e Fundo de Amortização

### Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

## Tratamento Tributário

### Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos.

### O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.13.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação e/ou pelo Escriturador e/ou pela Emissora.

## Direito de Preferência

### Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

## 

## Direito ao Recebimento de Pagamentos

### Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

# RESGATE ANTECIPADO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

## Resgate Antecipado Facultativo

### As Debêntures poderão ser resgatadas em sua totalidade, de maneira facultativa e antecipadamente pela Emissora, a qualquer tempo.

### Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures objeto de resgate antecipado facultativo, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Instrução CVM nº 620, de 17 de março de 2020 (“Instrução CVM nº 620” e “Resgate Antecipado Facultativo”).

### A Emissora deverá comunicar os Debenturistas, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo por meio: (i) da publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo; ou (ii) de comunicação escrita individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”). A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data indicada para o Resgate Antecipado Facultativo, que deverá ser um Dia Útil; (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

### O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo”), acrescido de prêmio *flat* de resgate, correspondente aos valores indicados abaixo, sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”):

1. Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a qualquer tempo entre a Data de Emissão (inclusive) e a data correspondente ao final do 24º mês contado a partir de 22 de setembro de 2021, ou seja, 23 de setembro de 2023 (exclusive): prêmio equivalente a 2% (dois por cento) sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo;
2. Caso (a) o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a data correspondente ao final do 24º mês contado a partir de 22 de setembro de 2021, ou seja, entre 23 de setembro de 2023 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive), e (b) não tenha ocorrido uma Operação de Captação (conforme abaixo definido), em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures, e a consequente Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme abaixo definido): prêmio equivalente a 2% (dois por cento) sobre o Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo; ou
3. Caso (a) o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a data correspondente ao final do 24º mês contado a partir de 22 de setembro de 2021, ou seja, entre 23 de setembro de 2023 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive), e (b) tenha ocorrido uma Operação de Captação (conforme abaixo definido), em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures, e a consequente Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme abaixo definido): não haverá incidência de prêmio para o Resgate Antecipado Facultativo.

### O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo não poderá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, mas deverá ser realizado obrigatoriamente em um Dia Útil e em uma única data para todas as Debêntures.

### A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, comunicar ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3 a respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de correspondência, sendo certo que a comunicação à B3 será assinada em conjunto com o Agente Fiduciário.

### O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado de acordo com (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

### Fica vedado o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures.

## Resgate Antecipado Obrigatório

### Na hipótese de realização de (i) aumento de capital social via processo de abertura de capital em bolsa (“IPO”); (ii) operação de *private placement* de ações de emissão da Emissora; ou (iii) um follow-on do Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.601.138/0001-03 (“FIP-IE Vinci Energia”) (cada uma das hipóteses (i) a (iii) acima, uma “Operação de Captação”), em valor suficiente para quitação integral do saldo devedor das Debêntures, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do recebimento dos recursos da Operação de Captação que representar um montante suficiente para quitação integral do saldo devedor das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório”).

### A Emissora deverá comunicar os Debenturistas, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório por meio: (i) da publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.10 acima; ou (ii) de comunicação escrita individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário (“Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório”). A Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Obrigatório, incluindo (a) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme abaixo definido); (b) a data indicada para o Resgate Antecipado Obrigatório, que deverá ser um Dia Útil; (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

### O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“Valor do Resgate Antecipado Obrigatório”):

### O pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado obrigatoriamente em um Dia Útil e em uma única data para todas as Debêntures.

### A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado Obrigatório, comunicar ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3 a respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de correspondência, sendo certo que a comunicação à B3 será assinada em conjunto com o Agente Fiduciário.

### O pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado de acordo com (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

## Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures

### A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a ser endereçada a todos os titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos da presente Escritura, da Lei das Sociedades por Ações, e as demais regulamentações aplicáveis (“Oferta de Resgate Antecipado”).

#### A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures deverá ser precedida de publicação de Aviso aos Debenturistas feita nesse sentido nos termos da Cláusula 4.10 acima ou envio de comunicação endereçada a todos os Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que se pretende realizar o resgate antecipado das Debêntures (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”).

#### O Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à adesão desta por Debenturistas representando determinada quantidade mínima de Debêntures, (ii) a data efetiva para o resgate antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data; (iii) o valor do prêmio devido aos titulares das Debêntures em face do resgate antecipado, caso haja, o qual não poderá ser negativo; (iv) a forma e o prazo de manifestação à Emissora pelos titulares das Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, prazo este que não poderá ser inferior à 15 (quinze) dias contados do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos titulares das Debêntures e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares das Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.

#### A Emissora deverá, após o término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, comunicar a B3 através de correspondência com cópia para o Agente Fiduciário, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento referente à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.

#### Após o recebimento da comunicação ou publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares das Debêntures que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar formalmente à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 15 (quinze) Dias Úteis para realizar o pagamento do resgate antecipado das Debêntures e a respectiva liquidação financeira, sendo certo que todas as Debêntures que tiverem aceito a Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas e liquidadas em uma única data.

#### Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização das Debêntures, a Data de Incorporação, ou último pagamento dos juros, conforme o caso, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicável, até a data do efetivo resgate, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos titulares das Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo (“Valor da Oferta do Resgate Antecipado das Debêntures”).

#### O pagamento do Valor da Oferta do Resgate Antecipado das Debêntures será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, ou (ii) mediante procedimentos adotados pelo Escriturador, no caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

#### As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### Independentemente da previsão acima, caso a regulamentação que vier a estabelecer regra sobre a matéria de liquidação antecipada trate a possibilidade de resgate antecipado em desacordo com o estabelecido nas cláusulas acima, o resgate somente será autorizado se ajustado nos termos da nova regulamentação.

## Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures

### As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

## Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures

### Na hipótese de realização de Operação de Captação, em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures, a Emissora deverá utilizar os recursos recebidos de tal operação para realizar uma amortização extraordinária obrigatória parcial das Debêntures (“Amortização Extraordinária Obrigatória”), observado que a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures está limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

### A Emissora deverá comunicar os Debenturistas, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data da Amortização Extraordinária Obrigatória por meio: (i) da publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.10 acima; ou (ii) de comunicação escrita individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário (“Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória”). A Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária Obrigatória, incluindo (a) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória (“Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória”); (b) a data indicada para a Amortização Extraordinária Obrigatória, que deverá ser um Dia Útil; (c) demais informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Obrigatória.

### O Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória será calculado proporcionalmente ao montante obtido com os recursos da Operação de Captação e o número total de Debêntures.

### O pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória não poderá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, mas deverá ser realizado obrigatoriamente em um Dia Útil e em uma única data para todas as Debêntures.

### A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data da Amortização Extraordinária Obrigatória, comunicar ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3 a respectiva data da Amortização Extraordinária Obrigatória, por meio de correspondência, sendo certo que o a comunicação à B3 será assinada em conjunto com o Agente Fiduciário.

### O pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória deverá ser realizado de acordo com (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

## Aquisição Facultativa das Debêntures

### As Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, exclusivamente caso algum dos titulares das Debêntures deseje alienar tais Debêntures à Emissora, conforme previsto no artigo 9º da Instrução CVM nº 620, e observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476, o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 620, e nas demais regulamentações aplicáveis da CVM: por valor igual, superior ou inferior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As respectivas Debêntures adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão, a critério da Emissora, (a) ser canceladas, ou (b) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e nas demais leis e regulamentações aplicáveis.

### As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 5.6.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária e aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

# VENCIMENTO ANTECIPADO

## A ocorrência dos eventos descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 abaixo (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”), acarretará ou poderá acarretar, conforme o caso, o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, além dos demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.2 abaixo:

1. (i) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; e (ii) decretação de falência da Emissora não elidido no prazo legal;
2. descumprimento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura, de obrigação pecuniária relacionada aos documentos da Oferta Restrita não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sem prejuízo do pagamento de Encargos Moratórios pela Emissora;
3. (i) extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer de suas controladoras, controladas ou subsidiárias; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer de suas controladoras, controladas ou subsidiárias, independentemente do deferimento do respectivo pedido, assim como eventos análogos, incluindo intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer de suas controladoras, controladas ou subsidiárias; (iii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladoras, controladas ou subsidiárias;
4. questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladoras, controladas diretas ou indiretas, subsidiárias ou sociedades sob controle comum da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (“Afiliadas”), sobre a validade e exequibilidade desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Oferta Restrita ou de eventuais respectivos aditamentos, conforme aplicável, bem como de quaisquer das disposições estabelecidas pelos referidos instrumentos;
5. transformação do tipo societário da Emissora, de forma que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
6. resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações e/ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de resultados e/ou recursos da Emissora a seus respectivos acionistas;
7. declaração de vencimento antecipado de dívidas, empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários emitidos pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas ou subsidiárias; e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias a que a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias esteja(m) sujeita(s), seja como devedora principal ou como garantidora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas ou subsidiárias por meio de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais, local ou internacional, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (1) R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para a Emissora; ou (2) R$ 7.000.000,00 (cinco milhões de reais) para qualquer controlada ou subsidiária da Emissora, ou o equivalente em outras moedas, conforme aplicável, corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão;
8. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
9. existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão de prática, pela Emissora, de atos que importem em trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição;
10. caso seja proferida decisão judicial imediatamente exequível e/ou qualquer decisão arbitral e/ou administrativa não sujeita a recurso que reconheça a ilegalidade, inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexequibilidade, total ou parcial de quaisquer disposições relevantes, das Debêntures, da Escritura, e/ou de quaisquer das respectivas disposições;
11. não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1 acima;
12. se a Emissora sofrer qualquer demanda judicial ou administrativa cujo valor individual ou agregado seja superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que possa colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de tal demanda judicial, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional suspendendo os efeitos da referida demanda;
13. caso exista qualquer procedimento administrativo ou judicial contra a Emissora e/ou qualquer de suas Afiliadas pela prática de Condutas Indevidas (conforme definido abaixo) ou relacionados a práticas contrárias a qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 e, desde que aplicável, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, da *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions* e do *UK Bribery Act (UKBA)* (em conjunto, “Leis Anticorrupção”); e
14. paralisação das atividades da Emissora por período superior a 30 (trinta) Dias Úteis.

### Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes desta Escritura, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3 abaixo:

1. a existência de decisão judicial e/ou decisão arbitral e/ou administrativa em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por suas controladas, que importem ações que incentivem a prostituição, a utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
2. alteração ou modificação da composição do capital social da Emissora, ou se ocorrer qualquer mudança, alienação, cessão ou transferência do controle societário/acionário, direto ou indireto, da Emissora, exceto (i) se prévia e expressamente aprovado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral convocada para tal fim, ou (ii) pela realização de uma Operação de Captação, desde que mantido o controle societário/acionário, direto ou indireto, da Emissora pelo FIP-IE Vinci Energia;
3. redução de capital social da Emissora, excetose a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
4. cancelamento, revogação, extinção, suspensão ou não obtenção ou não renovação das autorizações, concessões, subvenções, alvarás, licenças ou outorgas, inclusive as ambientais e as regulatórias, exigidas pelos órgãos competentes em relação à Emissora, exceto se estiver em processo de renovação de referida autorização, concessão, subvenção, alvará, licença ou outorga dentro do prazo legal aplicável;
5. protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora ou R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para qualquer de suas controladas ou subsidiárias, ou o equivalente em outras moedas, conforme aplicável, corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão, salvo se, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou por suas controladas ou subsidiárias, conforme aplicável, que (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos, com a concessão de tutela antecipada; (2) o protesto foi cancelado; (3) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário em valor, no mínimo, equivalente ao montante protestado; ou (4) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou por suas controladas ou subsidiárias, conforme aplicável. Não configura-se uma hipótese de vencimento antecipado nos termos deste item a existência de protestos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, e provenientes de títulos relacionados ao descumprimento de obrigações regulatórias ou fiscais, desde que tal descumprimento esteja sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
6. descumprimento de decisão judicial imediatamente exequível e/ou arbitral e/ou administrativa não sujeita a recurso, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora ou R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para qualquer de suas controladas ou subsidiárias, ou o equivalente em outras moedas, conforme aplicável, corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão, ou independentemente do valor, que possa gerar Efeito Adverso Relevante. Para fins desta Escritura, considera-se “Efeito Adverso Relevante”: a ocorrência de qualquer fato ou ato que resulte uma alteração adversa: (a) nas condições econômicas, financeiras, operacionais ou reputacionais da Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias; ou (b) que possa afetar a capacidade de pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura e/ou dos demais documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável;
7. caso a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando a, o SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora ou R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para qualquer de suas controladas ou subsidiárias, corrigidos anualmente pelo IPCA;
8. venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive, mas não se limitando, àqueles relacionados às participações societárias, pela Emissora, ressalvadas (1) as hipóteses de substituição em razão de sinistro, desgaste, depreciação e/ou obsolescência; e/ou (2) se previamente aprovado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;
9. caso Emissora preste qualquer tipo de garantia, seja fidejussória ou real, como constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, sobre os ativos de titularidade da Emissora, ou, ainda, assuma outras obrigações similares em benefício de terceiros, tais como, mas não se limitando, obrigações de aporte (*equity support*) e opção de compra e venda, exceto (i) por ônus ou gravames constituídos em decorrência de exigência legal ou determinação de autoridade competente, tais como tributários, comerciais ou outros similares; ou (ii) por garantias reais ou pessoais, ou obrigações de aporte (*equity support*), prestadas pela Emissora para financiamentos contratados por suas controladas;
10. constituição pela Emissora de ônus sobre os dividendos a serem recebidos de suas controladas, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas exceto por garantas reais sobre dividendos, prestadas pela Emissora para financiamentos contratados por suas controladas;
11. alteração da política de dividendos, que tenha por objetivo reduzir o percentual do lucro líquido destinado à remuneração dos acionistas da Emissora, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral de Debenturistas;
12. inveracidade, incorreção, falsidade, omissão ou inconsistência de qualquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou nos documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável;
13. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada no prazo de até 10 (dez) dias contados do referido descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura;

1. a existência de decisão judicial e/ou decisão arbitral e/ou administrativa em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por suas controladas, que importem em discriminação de raça ou gênero, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
2. inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora e/ou por suas controladas ou subsidiárias, seja como devedora principal ou como garantidora, perante terceiros, respeitados os respectivos prazos de cura aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a Emissora ou R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para qualquer de suas controladas ou subsidiárias, ou o equivalente em outras moedas, conforme aplicável, corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão, respeitados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos instrumentos financeiros;
3. alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar significativa e materialmente as suas atividades preponderantes e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência em relação às atividades principais atualmente desenvolvidas;
4. (i) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de ativos da Emissora, desde que o(s) ativo(s) não esteja(m) segurado(s) e que tal destruição ou perda cause um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora, expropriação, nacionalização, aquisição compulsória ou outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que resulte na perda, pela Emissora, de propriedade e/ou posse direta ou indireta de ativos, propriedades e participações societárias da Emissora, não sanado ou revertido dentro de até 30 (trinta) dias;
5. caso o atual gestor do FIP-IE Vinci Energia deixe, a qualquer momento, de ser responsável pela gestão da carteira do FIP-IE Vinci Energia;
6. concessão de preferência a outros créditos ou contratação, pela Emissora, na qualidade de devedora, afiançada, garantidora e/ou coobrigada, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação não financeiras e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, exceto pelas garantias que sejam permitidas nos termos do item 6.1.2.(i);

## A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

## Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos: (i) enviar à Emissora, caso esta não o faça, comunicação escrita informando a ocorrência do Evento de Inadimplemento, bem como (ii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9 desta Escritura e os quóruns específicos estabelecidos na Cláusula 6.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 9.2 abaixo.

### O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for realizada a Assembleia Geral referida na Cláusula 6.3 acima, comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral.

### Se, nas Assembleias Gerais referidas na Cláusula 6.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em segunda convocação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

### Na hipótese de (i) não instalação por falta de quórum, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.3.2 acima; ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de tais Debêntures.

## Observado o disposto nesta Cláusula VI, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora, com cópia para a B3, comunicação escrita informando tal acontecimento, imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, devendo a Emissora efetuar os pagamentos previstos na Cláusula 6.1 acima, além dos demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 6.2.1, 6.3 e 6.3.1 acima e nesta Cláusula 6.4, sendo certo que o pagamento das Debêntures deverá ser realizado no âmbito da B3, de acordo com os procedimentos previstos no manual de operações da B3, que deverá ser comunicada com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data estipulada para a sua realização.

# OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

## Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora se obrigam, ainda a, conforme aplicável:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social e a data de sua efetiva divulgação: (1) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, conforme o caso; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma dos respectivos estatutos sociais, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com os estatutos sociais da Emissora; e (d) os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados;
3. em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias;
4. em 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência pela Emissora a respeito da sua ocorrência, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação a um Evento de Inadimplemento, nos termos das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 acima, bem como quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que façam com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
5. em até 10 (dez) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de Assembleias Gerais de Debenturistas e demais documentos relacionados à presente Emissão, bem como cópia de fatos relevantes, conforme definidos na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 44”), das atas de reuniões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Emissora cujas deliberações estejam relacionadas à presente Emissão;
6. no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e/ou da Instrução da Resolução CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM nº 17”);
7. em até 5 (cinco Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
8. para fins da elaboração do relatório anual de que trata a alínea “m” da Cláusula 8.4.1 desta Escritura, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual e que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo previsto na alínea “n” da Cláusula 8.4.1 desta Escritura. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
9. disponibilizar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da primeira Data de Integralização ou da data de celebração, conforme o caso, cópias de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Emissora;
10. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nos documentos da Oferta Restrita, incluindo o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Agente Fiduciário, o ambiente de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o ambiente de negociação no mercado secundário (CETIP21);
11. apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
12. registrar e manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
13. cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, conforme a seguir transcritas: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar, até o dia anterior ao início das negociações, suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados em sua página na rede mundial de computadores e no Sistema Empresas.Net, disponibilizado pela B3, exceto se a Emissora não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período; (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores e no Sistema Empresas.Net, disponibilizado pela B3, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (v) observar as disposições da Resolução CVM 44, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores e no Sistema Empresas.Net, disponibilizado pela B3, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Resolução CVM 44, comunicando tal fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM; (viii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento; (ix) manter os documentos mencionados nos itens (iii), (iv) e (vi) anteriores em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e (x) observar as disposições da regulamentação específica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, Assembleia Geral de Debenturistas;
14. fornecer as informações solicitadas pela B3;
15. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças, subvenções, alvarás e aprovações necessárias (i) à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita de que seja parte, conforme aplicável; e (ii) para a validade ou exequibilidade das Debêntures;
16. manter, bem como fazer com que suas controladas mantenham, em dia o pagamento de todas as suas obrigações e responsabilidades de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, exceto aquelas que sejam contestadas de boa-fé nas esferas judiciais ou administrativas*,*para os quais tenham sidoobtidos efeitos suspensivos por decisão judicial ou administrativa dentro de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do referido inadimplemento;
17. convocar, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
18. comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
19. efetuar o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, desde que comprovadas e, sempre que possível, observados os termos da Cláusula 8.7 abaixo, previamente aprovadas pela Emissora;
20. cumprir, bem como fazer com que suas controladas cumpram, as leis, regras, regulamentos, ordens aplicáveis, determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

1. abster-se, bem como seus conselheiros, sócios, diretores, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados, fornecedores, investidores e terceiros, ou qualquer pessoa agindo em nome da Emissora de: (a) utilizar seus recursos para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (b) oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Escritura, ou de outra forma a ela não relacionada; (c) realizar ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou  candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (d) de qualquer maneira fraudar as disposições desta Escritura; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, que viole qualquer lei aplicável; ou (e) realizar um ato de corrupção, pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciado o pagamento de qualquer valor indevido (em conjunto, “Condutas Indevidas”);
2. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir seus diretores, membros de conselho de administração, e Representantes de fazê-lo;
3. cumprir a legislação ambiental em vigor, inclusive legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social (“Leis Ambientais”);
4. cumprir a legislação trabalhista relativa a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo, procedendo todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, adotando as medidas e ações, preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos aos seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social (“Leis Sociais”);
5. monitorar suas respectivas atividades e as atividades de suas controladas a fim de identificar e mitigar eventuais impactos ambientais ou violação às Leis Anticorrupção durante toda a vigência desta Escritura;
6. não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, o que inclui, mas não se limita a realizar operações fora de seu objeto social e/ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
7. atender, de forma eficiente, aos Debenturistas quando necessário;
8. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil;
9. manter atualizados e em ordem livros e registros societários da Emissora;
10. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
11. obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos apropriados, renovar de modo tempestivo) as autorizações, concessões, subvenções, alvarás, licenças ou outorgas e suas renovações, materialmente necessárias à exploração de seus negócios e ao desempenho das atividades da Emissora, exceto se estiver em processo de renovação de referida autorização, concessão, subvenção, alvará, licença ou outorga dentro do prazo legal aplicável;
12. manter os bens da Emissora necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
13. ressarcir os Debenturistas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar por decisão judicial transitada em julgado em razão de dano ambiental decorrente das atividades da Emissora e/ou suas controladas, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham comprovadamente a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
14. adotar, durante o período de vigência desta Escritura, as medidas e ações razoáveis e necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados por suas atividades e/ou pelas atividades de suas controladas;
15. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
16. na hipótese de a legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura e dos demais instrumentos relacionados à Emissão, bem como de quaisquer das disposições estabelecidas por referidos instrumentos, ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações previstas nos instrumentos acima mencionados, informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
17. notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção, paralisação ou suspensão das atividades da Emissora;
18. manter em vigor a estrutura de contratos relevantes e demais acordos existentes que lhe dão as condições essenciais para a operação e funcionamento;

1. realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com a legislação aplicável, inclusive (i) armazenando dados pessoais de forma segura e apropriada, de acordo com a legislação aplicável; (ii) seguindo uma política de privacidade e procedimentos de segurança compatíveis com o tipo de dados pessoais tratados; (iii) indicando um encarregado, conforme determina a legislação aplicável; (iv) fazendo o registro das operações de tratamento de dados pessoais; (v) obtendo o devido consentimento dos titulares dos dados pessoais para realizar os tratamentos ou embasam cada tratamento em algum hipótese legal trazida pela legislação aplicável; (vi) somente utilizando dados pessoais de modo compatível com as finalidades do recebimento; (vii) permitindo que os titulares dos dados pessoais exerçam seus direitos, conforme previsto na legislação aplicável; (viii) assegurando que medidas técnicas e organizacionais de segurança sejam utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo; (ix) assegurando que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com elas na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais; (x) envidando esforços de modo a não possuir (a) qualquer reclamação, inquéritos, multas, procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à privacidade ou proteção de dados pessoais, e (b) quaisquer incidentes de segurança envolvendo dados pessoais; e (xi) não vendendo, licenciando, compartilhando ou divulgando dados pessoais para terceiros. Caso seja comprovada a ocorrência de uma violação da legislação aplicável de proteção de dados pessoais e os Debenturistas passem a figurar como partes em ações judiciais, tanto cíveis quanto penais, bem como virem alvo de investigações ou de procedimentos administrativos conduzidos por órgão competente, a Emissora ficará obrigada a indenizar os Debenturistas no valor correspondente a eventuais passivos, perdas e outras obrigações, potenciais ou materializados;
2. não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures;
3. não realizar operações fora de seu objeto social e não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios;
4. não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social ou com a Escritura;
5. arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão; (c) de contratação do Agente de Liquidação e Escriturador e (d) de contratação do Agente Fiduciário;
6. informar imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação relativa às Condutas Indevidas que eventualmente venha a ocorrer. Esta é uma obrigação permanente e deverá perdurar até a Data de Vencimento ou quitação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro;
7. obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) quando previstos nas normas de proteção ao meio ambiente e à saúde e segurança do trabalho, atestando o seu cumprimento, e a informar ao Agente Fiduciário, imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade;
8. entregar ao Agente Fiduciário, se e assim que solicitada, cópia autenticada de todos os documentos acima mencionados, informando imediatamente ao Agente Fiduciário, por escrito, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção socioambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano socioambiental; e
9. independentemente de culpa, ressarcir os Debenturistas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar por conta de dano socioambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado a esta Escritura, assim como indenizará os Debenturistas por qualquer perda ou dano direto comprovado que os Debenturistas venham a experimentar em decorrência de dano socioambiental desde que sujeito a trânsito em julgado de medida judicial; e
10. no caso de descumprimento de obrigação ambiental ou existência de trabalho análogo ao escravo ou infantil por parte de fornecedor direto e relevante, a Emissora deverá avisar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis deste descumprimento, assim como se compromete a indicar as medidas adotadas para endereçamento deste assunto.

# AGENTE FIDUCIÁRIO

## Nomeação

### A Emissora constitui e nomeia a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

## Declaração

### O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

1. não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM n.º 17, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
2. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
3. conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
4. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
5. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
6. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
7. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na Resolução CVM n.º 17;
8. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
9. ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
10. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
11. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
12. na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora; e
13. que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora.

### O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

### O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM n.º 17, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

### Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

### Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

## Substituição

### Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

### Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

### É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados do registro previsto na Cláusula 8.3.4 abaixo; e (b) a eventuais normas posteriores.

### A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima.

### O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura (ou de eventual aditamento relativo à substituição, no caso de agente fiduciário substituto), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

### Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

### Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

## Deveres

### Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

1. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no artigo 11, inciso III da Resolução CVM n.º 17;
4. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
5. verificar, no momento de aceitar a função, a consistência das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
6. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura, bem como seus aditamentos, sejam registrados na JUCERJA, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
7. acompanhar a prestação das informações periódicas da Emissora, alertando os Debenturistas no relatório anual de que trata a alínea (m) abaixo acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
8. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
9. solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário e desde que razoável para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
10. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário e desde que razoável, auditoria externa na Emissora, às expensas desta;
11. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos Jornais de Publicação;
12. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
13. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM n.º 17, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
14. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
15. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;
16. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
17. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
18. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos realizados no período;
19. constituição e aplicações em fundo de amortização ou outros tipos de fundos, quando houver;
20. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com a Emissora;
21. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
22. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar exercendo sua função de Agente Fiduciário;
23. relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
24. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 15, inciso XI, alíneas (a) a (f), da Resolução CVM n.º 17.
25. divulgar, em sua página na rede mundial de computadores (http://www. oliveiratrust.com.br), o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, sendo certo que o relatório anual deve ser mantido disponível para consulta pública na página na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário pelo prazo de 3 (três) anos;
26. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3 a atenderem a quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
27. observar os procedimentos necessários para a realização do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
28. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
29. comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas na presente Escritura, incluindo cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
30. divulgar, diariamente, o cálculo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores (www.oliveiratrust.com.br);
31. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
32. manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior caso seja determinado pela CVM, todos os documentos e informações exigidas pela Resolução CVM n.º 17, por meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas; e
33. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

## Atribuições Específicas

### No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, na forma do artigo 12 da Resolução CVM n.º 17.

## Remuneração do Agente Fiduciário

### A título de prestação de serviços do Agente Fiduciário serão devidas parcelas trimestrais de R$3.000,00 (três mil reais) perfazendo o total anual de R$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias corridos da data de assinatura da presente Escritura e os demais pagamentos ocorrerão nas mesmas datas nos anos seguintes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento pro rata de tais parcelas (“Remuneração do Agente Fiduciário”).

### No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes, neste caso exclusivamente se a emissão não se efetivar, ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

### No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

### A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão.

### Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura desta Escritura.

### Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro *rata die*.

### Os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Resolução CVM nº 17 e na Lei 6.404/76.

### Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou alterações nas características ordinárias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários ora propostos, incluindo o direito de retirada.

### Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

## Despesas

### A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas na Escritura, caso aplicável, e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, desde que devidamente comprovadas, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

### No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias.

### Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício.

### O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de boa fé e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

# ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

## Às assembleias gerais de Debenturistas que sejam titulares de Debêntures (“Assembleias Gerais de Debenturistas”, “Assembleias Gerais” ou “Assembleias”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e poderão ser, alternativamente, realizadas por vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, conforme regulamentado pela CVM, em especial o previsto na Instrução CVM n.º 625.

## Convocação

### As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se, de forma presencial, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, caso venha a ser permitido o uso e esclarecida a forma aplicável do voto, expressamente em relação às debêntures, pela legislação aplicável e CVM, em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

### A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

### As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos, em primeira convocação, salvo de outra forma determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data da publicação do edital de segunda convocação, salvo de outra forma determinado pela legislação aplicável.

### Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

### As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

## Quórum de Instalação

### A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

### Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parentes até o 2º (segundo) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

## Mesa Diretora

### A presidência de cada Assembleia Geral caberá à pessoa eleita pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

## Quórum de Deliberação

### Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação dependerão de no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou em segunda convocação, dependerão de aprovação de maioria das Debêntures em Circulação.

### Não estão incluídos nos quóruns mencionados na Cláusula 9.5.1 acima:

1. os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura;
2. as deliberações referentes à renúncia definitiva ou temporária de direitos (*waiver*), que dependerão de aprovação de Debenturistas pelo mesmo quórum previsto na Cláusula 6.3.2 acima; e
3. as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusulas 4.2 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (iii) aos dispositivos sobre quóruns previstos nesta Escritura; (iv) às disposições e/ou aos quóruns estabelecidos nesta Cláusula IX; (v) à Cláusula VI desta Escritura; (vi) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures; (vii) dos valores, montantes e datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures e Data de Incorporação; (viii) disposições relativas a resgate antecipado das Debêntures e oferta de resgate antecipado das Debêntures, (ix) criação de evento de repactuação; (x) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; e/ou (xi) da espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta alínea ser aprovada, por Debenturistas que sejam titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação.

## Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

### Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

### O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

### Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

# DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

### A Emissora declara e garante, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

1. é plenamente capaz, tem autoridade para conduzir seus negócios e para a celebração desta Escritura, assim como para assumir, cumprir e observar as obrigações nela contidas;
2. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicável, bem como está devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas no objeto social;
3. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros (incluindo, mas não se limitando, de credores), conforme aplicável, à celebração desta Escritura, bem como à celebração dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
4. seus representantes legais que assinam esta Escritura e os demais documentos da Oferta Restrita de que são partes têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito, bem como de acordo com o estatuto social;
5. esta Escritura e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, assim como as obrigações previstas em tais instrumentos, constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
6. a celebração desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, assim como a assunção e o cumprimento das obrigações previstas em tais documentos e a realização da Emissão e da Oferta: (i) não infringem o seu estatuto social; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (iii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, bem como não criará qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem; (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (3) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem; (iv) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que esteja sujeita; e (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que as afete e/ou qualquer de seus respectivos ativos;
7. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita de que é partes e não ocorreu ou está em curso qualquer Evento de Inadimplemento;
8. a Emissora tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios, que foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
9. os documentos e as informações fornecidos por ocasião da Oferta incluindo, mas não se limitando, àquelas contidas nesta Escritura são verdadeiros, consistentes, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores da Oferta uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
10. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento da Aprovação Societária da Emissora e desta Escritura na JUCERJA; (ii) pela publicação das Aprovação Societária da Emissora nos Jornais de Publicação; e (iii) pelo depósito das Debêntures na B3.
11. não há, nesta data, qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito em relação ao qual a Emissora e/ou qualquer de suas controladas tenha sido citada ou notificada ou qualquer outro tipo de investigação governamental, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que cause um Efeito Adverso Relevante, ou, ainda, que vise anular, invalidar, questionar e/ou de qualquer forma afetar esta Escritura e/ou as Debêntures;
12. está cumprindo as leis, regras, regulamentos, ordens aplicáveis, determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios;
13. está cumprindo, bem como suas Afiliadas, as Leis Anticorrupção, as Leis Sociais, as Leis Ambientais, bem como as normas administrativas da ANEEL e ONS;
14. observa, bem como fazem com que suas controladas, seus diretores, membros de conselho de administração, e Representantes, agindo em nome da Emissora e/ou de suas controladas observem, as obrigação decorrente das Leis Anticorrupção ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável, bem como se abstém de praticar quaisquer atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que busquem assegurar integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dá conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) deixa claro em todas as suas transações em seu nome que a outra parte exige cumprimento às Leis Anticorrupção;
15. (i) não utilizou recursos da Emissora e/ou de suas controladas para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) não realizou ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer “oficial do governo” (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iii) não realizou qualquer pagamento ou tomaram qualquer ação que viole qualquer Lei Anticorrupção; e (iv) não realizou um ato de corrupção, pagamento propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciaram o pagamento de qualquer valor indevido;
16. conduz seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção aplicáveis, bem como tem instituído e mantido políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas;
17. não tem ciência da existência de investigações ou inquéritos e inexiste qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, suas controladas e seus diretores, membros de conselho de administração, e Representantes, desde que no exercício de suas funções relacionado a práticas contrárias às Leis Anticorrupção;
18. a Emissora não realizou oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários nos últimos 4 (quatro) meses, bem como não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários nos próximos 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
19. não tem ciência de qualquer informação, ato ou fato de natureza técnica, regulatória ou jurídica que afete a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações;
20. até a presente data não praticou, bem como seus conselheiros, sócios, diretores, colaboradores, agentes, empregados, subcontratados, fornecedores, investidores e terceiros, ou qualquer pessoa agindo em nome da Emissora não praticaram quaisquer das Condutas Indevidas;
21. a Emissora não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação à Emissão, bem como não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
22. as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e as informações financeiras referente ao período de encerrado em setembro de 2021 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada, não tendo ocorrido qualquer alteração relevante nem aumento substancial do endividamento desde a data das demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em setembro de 2021; e desde a data das informações financeiras mais recentes, não ocorreu nenhum Efeito Adverso Relevante;
23. tem válidas e vigentes as autorizações, concessões, subvenções, alvarás, licenças ou outorgas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, exceto se estiver em processo de renovação de referida autorização, concessão, subvenção, alvará, licença ou outorga dentro do prazo legal aplicável, sendo que até a presente data não foram notificadas acerca da revogação, suspensão ou extinção de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão, extinção ou cancelamento de qualquer uma delas;
24. mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
25. inexiste descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, que (i) possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) vise a anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura e/ou as Debêntures;
26. até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações em relação a si e suas controladas, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas que sejam contestadas de boa-fé nas esferas judiciais ou administrativas, para os quais tenham sido obtidos efeitos suspensivos por decisão judicial ou administrativa dentro de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do referido descumprimento;
27. possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
28. inexiste, em relação à Emissora acordos de acionistas e/ou acordos que regulem o voto na Emissora, bem como quaisquer acordos cuja finalidade seja definir ou limitar os direitos dos acionistas da Emissora;
29. garante que realiza e sempre realizou o tratamento de dados pessoais de acordo com a legislação aplicável e declara que (i) armazena dados pessoais de forma segura e apropriada, de acordo com a legislação aplicável; (ii) segue uma política de privacidade e procedimentos de segurança compatíveis com o tipo de dados pessoais tratados; (iii) indicou um encarregado, conforme determina a legislação aplicável; (iv) faz o registro das operações de tratamento de dados pessoais; (v) possui o devido consentimento dos titulares dos dados pessoais para realizar os tratamentos ou embasam cada tratamento em algum hipótese legal trazida pela legislação aplicável; (vi) somente utiliza dados pessoais de modo compatível com as finalidades do recebimento; (vii) permite que os titulares dos dados pessoais exerçam seus direitos, conforme previsto na legislação aplicável; (viii) assegura que medidas técnicas e organizacionais de segurança são utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo; (ix) assegura que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com elas na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais; (x) não possui (a) qualquer reclamação, inquéritos, multas, procedimentos administrativos ou judiciais relacionados à privacidade ou proteção de dados pessoais, e (b) conhecimento de quaisquer incidentes de segurança envolvendo dados pessoais; e (xi) não vende, licencia, compartilha ou divulga dados pessoais para terceiros. Caso seja comprovada a ocorrência de uma violação da legislação aplicável de proteção de dados pessoais e os Debenturistas passem a figurar como partes em ações judiciais, tanto cíveis quanto penais, bem como virem alvo de investigações ou de procedimentos administrativos conduzidos por órgão competente, a Emissora ficará obrigada a indenizar os Debenturistas no valor correspondente a eventuais passivos, perdas e outras obrigações, potenciais ou materializados;
30. respeita a saúde e segurança do trabalho, bem como declara que suas atividades não utilizam a mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, assim declaradas pela autoridade competente; e
31. não incentiva ou se envolve com a prostituição, além de respeitar e apoiar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e assegura a sua não participação na violação destes direitos;
32. não esteve envolvida ou se envolve em casos relacionados a pornografia, bem como racismo ou mídias antidemocráticas (conforme definidos pela Lei Federal 7.170, de 14 de dezembro de 1983);
33. não esteve envolvida ou se envolve em casos relacionados à destruição de áreas de alto valor de conservação, entendidas como habitats naturais onde esses valores são considerados de significância excepcional ou importância crítica, e que sejam objeto de condenação judicial e/ou administrativa. Para fins deste item, destruição significa a (i) eliminação ou diminuição severa da integridade de uma área causada por uma grande mudança de longo prazo no uso da terra ou da água; ou (ii) modificação de um habitat de tal forma que a capacidade da área de manter seu papel está perdida;

1. não desenvolveu ou desenvolve atividades ou faz uso de materiais considerados como ilegais de acordo com a legislação local. Entende-se como legislação local (a) a Norma Interministerial 19/1981 e o Decreto Federal Brasileiro 5472/2005, que se relacionam com substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs (Bifenilos Policlorados) e outros produtos farmacêuticos perigosos, pesticidas / herbicidas ou produtos químicos específicos; (b) a Convenção que trata do Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, ratificado em 1975, que se relaciona com a fauna bravia ou produtos regulamentados pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção ou Fauna e Flora Selvagens (CITES); (c) a Lei Federal 11959/2009 e Normas Interministeriais 11/2012 e 12/2012, que tratam dos métodos de pesca não sustentáveis; e (d) o Decreto Federal 875/2013 que retificou a Convenção de Basileia e que trata do comércio transfronteiriço de resíduos perigoso;
2. não utilizou ou utiliza materiais radioativos e fibras de amianto;
3. monitora suas atividades de forma a identificar e mitigar os impactos ambientais não antevistos no momento da presente Emissão;
4. realiza o engajamento com comunidades locais e suas decisões são baseadas no interesse de todas as partes interessadas e/ou envolvidas na sua atividade empresarial, buscando mitigar riscos de conflito e abarcar os interesses diversos da comunidade em que atua.

## A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas, por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios, excetuados lucros cessantes), decorrentes desta Escritura e incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, em razão da inveracidade, incompletude ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Décima, conforme comprovado por meio de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

## A indenização a que se refere a Cláusula 10.2 acima deverá ser paga em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário.

## Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Emissora se obriga a notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de conhecimento de qualquer fato que torne quaisquer das declarações aqui prestadas total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## No caso de as Partes firmarem aditamento a esta Escritura, as declarações e garantias aqui prestadas pela Emissora deverão também, no que couber, ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvadas as atualizações devidas e necessárias para evitar inveracidades e ou descumprimentos das declarações e garantias ora prestadas.

# DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

### As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**V2i Energia S.A.**

Av. Bartolomeu Mitre, 336 - 5º andar - Leblon

CEP 22431-002 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Rodrigo Rocha/ Ana Paula Bacaltchuc

Tel./Fax: (21) 2159-6182 / 3983-3738

E-mail: [rrocha@vincipartners.com](mailto:rrocha@vincipartners.com) / ana.bacaltchuc@v2ienergia.com

**Para o Agente Fiduciário:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro/Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

**Para o Agente de Liquidação / Escriturador:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Raphael Magalhães Morgado/João Bezerra

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: [sqescrituracao@oliveiratrust.com.br](mailto:sqescrituracao@oliveiratrust.com.br)

**Para a B3:**

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos - SCF

Praça Antônio Prado, nº 48, 4º andar, CEP 01010-901

São Paulo - SP

Tel.: (11) 2565-5061

E-mail: [valores.mobiliarios@b3.com.br](mailto:valores.mobiliarios@b3.com.br)

### As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## Renúncia

### Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura; desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## Lei Aplicável

### Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

## Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

### Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

## Irrevogabilidade; Sucessores

### A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## Independência das Disposições da Escritura

### Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da B3; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas; ou ainda (iv) nas demais hipóteses previstas expressamente nesta Escritura.

## Despesas

### A Emissora arcará com todos os custos:

1. decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3;
2. das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA;
3. de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão;
4. pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agente Liquidante, Escriturador, Agência de Classificação de Risco, bem como com o sistema de distribuição e o ambiente de negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário; e
5. demais custos e despesas previstos nesta Escritura.

## Substituição de Prestadores de Serviços

### É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Agente Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Agente Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o quórum geral disposto na Cláusula 9.5.1 acima.

### A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 11.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

## Cômputo dos Prazos

### Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## Assinatura por Certificado Digital

### As Partes assinam a presente Escritura por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

### Esta Escritura produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

## Foro

### Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, eletronicamente, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 8 de dezembro de 2021.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco)*

*(As assinaturas seguem nas próximas páginas)*

*(Página de assinaturas 1/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da V2i Energia S.A.”)*

**V2I ENERGIA S.A.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

*(Página de assinaturas 2/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da V2i Energia S.A.”)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

*(Página de assinaturas 3/3 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da V2i Energia S.A.”)*

**Testemunhas**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo: